



## “TRABALHO INFANTIL EM FARÓIS: COMPREENDENDO RELAÇÕES DE GÊNERO”

Annemarie Janssen<sup>1</sup>

### *O que é Trabalho Infantil?*

Para definir o que seja Trabalho Infantil, precisamos primeiramente compreender dois conceitos fundamentais: Trabalho e Infância.

Etimologicamente, a palavra Trabalho vem do Latim Tripalium/ Trepalium, um instrumento romano de tortura formado por três estacas cravadas no chão, onde eram supliciados os escravos. Daí derivou-se o verbo tripaliare/trepaliare, que por volta do século 12 já havia ingressado nas línguas românicas (português, espanhol, italiano, francês) como substantivo abstrato, significando "tormento, agonia, sofrimento". Somente a partir do Renascimento, o vocábulo adquiriu também o sentido atual de “labuta, atividade, exercício profissional” (Cunha, 1997).

Buscamos, para além de uma explicação etimológica, entretanto, uma concepção ampliada de trabalho, que nos auxilie na compreensão dos sentidos/significados deste nos diversos arranjos societários.

O trabalho deve ser compreendido, como ponto de partida, como uma atividade vital do homem. Não há nenhum relato de culturas/sociedades humanas que tenham existido sem trabalho – e sem os padrões de sociabilidade obtidos por seu intermédio. Neste sentido, o trabalho é um atributo exclusivamente humano. Somente o Homem, em interação com a natureza, é capaz de criar e imprimir à atividade que executa uma intencionalidade, uma teleologia. É por este motivo que Marx (O Capital, Volume I, Parte III) afirma que “... *o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade...*”.

Mészáros (2002) argumenta a respeito da existência de dois sistemas de mediação do/no trabalho: as de primeira e as de segunda ordem. As mediações de primeira ordem teriam como finalidade a preservação das funções vitais da reprodução individual e social. O que as definiria seria o pressuposto de que os seres humanos são parte da natureza e, em interação com ela, realizam suas atividades elementares.

---

<sup>1</sup> Assistente Social e Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutoranda em Serviço Social pela PUC/SP.



Entre as mediações de primeira ordem estariam incluídas: a regulação da atividade biológica reprodutiva, conjugada com os recursos existentes; a regulação do processo de trabalho, produzindo bens, instrumentos de trabalho e conhecimento para satisfação das necessidades humanas; o estabelecimento de um sistema de trocas compatível com as necessidades; a organização da multiplicidade das atividades existentes; a alocação racional dos recursos materiais e humanos, lutando contra a escassez e a organização de regulamentos societais.

A priori, nenhum desses imperativos de mediação primárias necessitaria do estabelecimento de hierarquias estruturais de dominação e subordinação.

Um sem número de etnografias e pesquisas antropológicas, por outro lado, ocuparam-se em demonstrar as diversas formas de organização das culturas do/no trabalho, desde as mais primitivas. Grosso modo, estudos demonstram uma diversidade de arranjos na divisão do trabalho entre homens e mulheres, havendo igualmente clivagens etárias<sup>2</sup>.

O que estamos dizendo é que o emprego da força de trabalho da criança é uma prática verificada em todas as sociedades, em todas as culturas e em todas as épocas, desde as mais primitivas. Entretanto, nessas sociedades, o trabalho da criança era entendido como mais **um** dos elementos de sociabilidade e exercido de acordo com a condição de pessoa em desenvolvimento, apesar da existência de outras hierarquias como, por exemplo, as de gênero.

Para compreender os motivos que conduzem à atribuição de status superior às atividades masculinas e inferior às femininas, precisaríamos compreender, além das construções de gênero dominantes nas diversas culturas, a constituição dos **sistemas** que conduzem os Homens a classificar a realidade em opostos binários - e posteriormente a eleger um nível hierarquicamente superior a eles. Autores como Butler, Bordieu, Dumont, Lévi-Strauss – e até mesmo Durkheim – podem nos auxiliar nesta compreensão.

Até aqui, falamos a respeito de sociedades nas quais o trabalho se constitui como mais um elemento de sociabilidade e por intermédio do qual **coisas úteis** são produzidas para a reprodução da vida individual e social. Exceto pela hierarquia estabelecida inter gêneros, não há compra/venda de força de trabalho – tampouco subordinação deste a uma lógica extrínseca, mesmo o feminino. Quando pensamos na esmagadora maioria das sociedades existentes sobre o globo terrestre, constituídas sob a égide do Capitalismo como modo de produção, entretanto, o trabalho não pode mais ser problematizado **exclusivamente** por intermédio das chamadas *mediações de primeira*

---

2 Ao que se sabe, nunca existiu um matriarcado sociológico, mas sociedades nas quais as relações entre homens e mulheres não se configurava em padrões de dominação/subordinação de um gênero sobre outro. Sobre este assunto, ver Badinter (1986).



*ordem*. O Capital, definido por Antunes (2009, p.23) como “um modo e meio totalizante e dominante de mediação reprodutiva, articulado com um elenco historicamente específico de estruturas envolvidas institucionalmente”, subordina **todas** as funções reprodutivas sociais – das relações de gênero, familiares à produção especificamente – ao imperativo absoluto de sua expansão, introduzindo elementos fetichizantes e alienantes de controle social, criando necessidades e as subordinando aos seus interesses.

Para Mézaros (id, ibid 1999), emergem nas sociedades capitalistas as *mediações de segunda ordem*, caracterizadas pelos seguintes elementos: separação e alienação entre o trabalhador e os meios de produção; imposição dessas condições objetivadas e alienadas aos trabalhadores, como um poder que exerce mando sobre eles; personificação do capital como um valor egoísta; personificação dos operários como trabalho, reduzindo a identidade do sujeito. O sistema de mediações de segunda ordem seria formado pelo tripé Capital, Trabalho e Estado, materialmente inter-relacionados. Cada uma das formas de mediação de primeira ordem é, pois, alterada e subordinada aos imperativos de reprodução do capital. Nas palavras de Antunes (id, ibid, 2009, p.27) “o Capital degrada o sujeito real da produção, o trabalho, à condição de uma objetividade reificada, um mero fator material de produção”. Em seu interior, tudo deve ajustar-se à sua lógica, **inclusive os seres humanos**. A escolha, aqui, é entre a aceitação de sua viabilidade produtiva ou perecer.

Assim, quando pensamos em Trabalho nas sociedades ocidentais capitalistas, falamos necessariamente na existência de *classes-que-vivem-do-trabalho* (Antunes 2009), que vendem sua força de trabalho em troca de um salário para sobreviver, uma vez que o produto de seu trabalho lhe é estranhado, alienado.

Quando falamos na existência de **Trabalho Infantil** nas sociedades capitalistas, não estamos considerando o trabalho em seu sentido vital, ontológico, integrante dos processos de socialização, desde os mais primários. Estamos falando, sim, **em exploração** de uma forma de trabalho que não deveria existir: o das crianças.

Quando argumentamos a respeito de diferenças de gênero e etárias do/no trabalho, no interior das sociedades ocidentais capitalistas, partimos do princípio de que também estas relações estão submetidas à lógica do modo de produção. O tripé classe-gênero-etnia, pois, não pode ser analisado separadamente.

Para salvaguardar a missão histórica da burguesia (Harvey, 2005), a acumulação, o Capital **necessita** da existência de um exército-de-reserva, meios de produção e um mercado para absorção



de produtos. O excedente de mão-de-obra<sup>3</sup>, chamado por Marx de Exército de Reserva, tem entre outras uma função básica e fundamental à acumulação: o rebaixamento salarial daqueles que se encontram incluídos na cadeia produtiva. Expansionista, mundializado, destrutivo e incontrolável (Antunes, 2009, p.29), o Capital vem assumindo cada vez mais uma estruturação crítica profunda. Períodos de crise são, entretanto, intrínsecos à lógica capitalista e significam o ingresso num novo período/patamar de sua exploração. O Capital se reorganiza para manter seu status político de dominação. O advento do neoliberalismo, a privatização do Estado e a desregulamentação de Direitos são exemplos deste fato. A busca de novos e menos onerosos sítios de produção, para baratear os custos e garantir a *acumulação pelos meios mais fáceis e por onde a resistência for mais fraca* (Harvey id ibid 2005), é outra estratégia.

Quando concluímos que 2/3 do total de trabalhadores mundiais estão alocados no sul do mundo (Ásia, América Latina, Índia) – ou que os maiores índices de crianças trabalhadoras no Brasil estão nas regiões nordeste e sul, torna-se evidente que **existe** uma geografia da exploração capitalista, conforme Harvey nos auxilia a compreender.

São estes fatos e conclusões, entre outros, que nos conduzem a afirmar que o Trabalho Infantil é uma seqüela multifacetada da “questão social” – e que sua erradicação significa a superação deste modo de produção.

#### *Algumas conclusões, antes de prosseguir*

Avaliando a bibliografia e os indicadores sobre trabalho infantil, podemos concluir que de modo geral:

**1 - O Trabalho Infantil tem uma classe:** filhos da população de classe média alta geralmente não trabalham na infância. Quanto maior a renda, maior a probabilidade de a criança estar estudando, não trabalhando.

**2 - O Trabalho Infantil tem número:** quanto maiores as famílias, no que diz respeito ao número de filhos, maior a probabilidade de inserção de parte deles no auxílio à reprodução material da família.

**3 - O Trabalho Infantil tem idade:** os filhos mais velhos são os mais propensos ao trabalho, em famílias com maior número de crianças.

---

3 Fazendo um parênteses, é necessário esclarecer que estamos fazendo essas incursões teóricas porque as crianças que se encontram trabalhando – e provavelmente seus familiares – fazem parte ou do chamado exército de reserva ou do lumpen proletariado de Marx – sem quaisquer esperanças de reinserção no mercado formal de trabalho.



4 – *O Trabalho Infantil tem um lugar*: a área rural abriga uma porcentagem maior de trabalhadores precoces.

6 - *O Trabalho Infantil informa sobre o grau de desenvolvimento/subdesenvolvimento do país*: nações mais ricas mantêm os menores indicadores.

7 - *O Trabalho Infantil traz diferenças de gênero*: famílias chefiadas por mulheres tem maior probabilidade de inserção precoce dos filhos no trabalho. As atividades laborativas são também divididas de forma diferenciada entre meninas e meninos.

As respostas sobre os por quês da divisão desigual do trabalho entre meninos e meninas deve ser obrigatoriamente alicerçada na compreensão das diversas construções de gênero, nas diferentes culturas.

Nesta pesquisa, estamos nos aproximando da população de baixa renda da capital paulistana, cujos filhos são impulsionados ao trabalho em virtude de questões que remetem a uma necessidade imediata de sobrevivência – e de atendimento ao imperativo do consumo.

Não é somente a clivagem de classe social, entretanto, que deve ser considerada: o trabalho é dividido de forma diferenciada entre meninos e meninas. O trabalho de campo realizado até o presente momento tem demonstrado que o espaço pesquisado – a rua – é o espaço de trânsito e permanência prioritária dos meninos. Quando encontramos meninas, estão geralmente na presença da mãe e possuem menor idade (abaixo de 4 anos).

É justamente em busca dos significados atribuídos a esta divisão desigual do trabalho entre meninos e meninas que estamos.

Para esta finalidade, é imprescindível compreender no que consiste o conceito de gênero – e de que forma ele está vinculado ao imperativo de dominância do Capital.

### *Conceituando Relações de Gênero*

Não cabe, aqui, um grande detalhamento sobre a trajetória do conceito de gênero. Basta esclarecer que uma teoria que se baseie na diferença física para ratificar diferenças culturais é problemática em função do fato de supor um significado inerente e permanente a homens/mulheres, tratando o gênero de maneira a-histórica (Scott, 1990).

A idéia de que construções sociais ocorrem sobre uma base material, o corpo, que é dotado de dois sexos, entretanto, parece-me um interessante ponto de partida (Heilborn, 1992). Essa base material, entretanto, não representa uma superfície passiva, fora do social.



Neste sentido, Butler (1999) nos auxilia sobremaneira. No lugar das concepções de construção, a autora propõe um retorno à noção de matéria, não como superfície, mas como processo de materialização que se estabiliza ao longo do tempo, para produzir o efeito de fronteira, fixidez e superfície – daí sim – daquilo que entendemos como matéria. A preocupação da autora é entender de que forma e através de que normas regulatórias é o sexo do corpo materializado, pois a materialização de normas exige processos identificatórios, fazendo com que os corpos qualifiquem-se como corpos que pesam.

Desta forma, gênero é um conceito que sem descartar as bases biológicas da diferenciação entre os sexos, visa chamar atenção para o processo de construção/materialização de normas que se dá articulado sobre estas bases, construção essa que implica num processo de socialização distinto dos sujeitos para se tornarem homens e mulheres, estabelecendo padrões relacionais entre e inter sexos.

#### *Gênero e Trabalho Infantil – Por que os Faróis?*

Estatísticas oficiais demonstram uma tendência à queda nos indicadores de trabalho infantil, nos últimos anos. Mesmo considerando a *suposta* diminuição na incidência do trabalho infantil, devemos lembrar que um grande número de crianças **continua** trabalhando, por longas horas.

Também no Brasil, os indicadores oficiais do Trabalho Infantil tem demonstrado uma tendência à queda. Aqui, a principal pesquisa utilizada para análise do tema é a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio. Podemos citar, ainda os dados da Pesquisa Mensal de Emprego e do Censo Demográfico.

Kassouf (2005) chama a atenção para o fato de que todas as estatísticas, mundiais e nacionais, devem ser analisadas com critério e cuidado. Segundo a autora, o grande perigo é a subestimação do número total de trabalhadores infantis, considerando que as pesquisas realizadas, geralmente, contabilizam o trabalho efetuado por crianças somente na semana anterior à pesquisa. Desta forma, fatores sazonais, que desencadeiam outros processos produtivos igualmente sazonais, não estariam sendo computados.

Concomitantemente, há uma invisibilidade estatística de outro tipo de trabalho infantil, igualmente submetido à lógica de sobrevivência e com forte matiz de gênero: o infantil doméstico.



A PNAD 2008<sup>4</sup>, a título de exemplificação, conclui sobre a existência de um número maior de meninos trabalhando, em comparação às meninas, em todas as regiões do país. Este indicador deve ser criteriosamente analisado, pois as construções dominantes de gênero determinam, permitem e criam diferentes espaços de trabalho e formas de socialização para meninos e meninas.

A ausência de indicadores certamente dificulta o enfrentamento ao problema. Situação semelhante de invisibilidade ocorre com o trabalho infantil realizado nos ruas.

A bibliografia sobre os **determinantes** do trabalho infantil é extensa. O mesmo podemos dizer a respeito das iniciativas e recomendações para seu combate e, quiçá, erradicação. Quando pensamos nas **conseqüências** sócio-econômicas do Trabalho Infantil, concluimos que os maiores danos apontados pela bibliografia são, de modo geral, sobre a psique, a educação e a saúde das crianças/adolescentes.

As crianças que trabalham estudam menos e, quando estudam, possuem os piores desempenhos escolares. Conseqüentemente, quando adultos, possuem de modo geral os salários mais baixos. Os agravos à saúde são igualmente importantes de serem lembrados.

No sentido da problematização sobre os agravos à saúde encontramos a tese de Nicollella (2006), que traz algumas provocativas contribuições. A conclusão a qual o autor chegou foi de que a criança que tem a saúde mais afetada a médio/longo prazo é a criança que se encontra em atividades de trabalho nos setores de comércio e serviços, incluindo os domésticos e ambulantes. Ele observou, em sua pesquisa, que a maioria das crianças que trabalham no setor agrícola são mantidas na presença dos pais. Além disso, o trabalho com o corte da cana-de-açúcar, por exemplo, seria destinado a um grupo muito restrito de crianças. Por outro lado, estas formas de trabalho são cada vez mais combatidas, não tendo grande peso na média geral dos resultados.

Complementando esta idéia, Correa e Gomes (2003), argumentam que quando pensamos em trabalho infantil o que nos vem à mente são as formas consideradas mais penosas: agropecuária, corte de cana, preparo do sisal, pedreiras, carvoarias. De alguma forma, pela penosidade que representam, estas atividades nos causam maior indignação e rejeição. Outros tipos de trabalho infantil, sobretudo aqueles realizados no meio urbano, no comércio formal e informal, nos serviços de entrega e domésticos, são naturalizados *por fazerem parte do nosso cotidiano*. De alguma forma,

---

4 Resumidamente, a PNAD 2008 conclui: haviam no Brasil, em 2008, 4,5 milhões de pessoas entre 5 e 17 anos de idade trabalhando/ocupadas. Destas, 993 mil eram crianças entre 5 e 13 anos. A região nordeste apresentou a maior proporção de crianças/adolescentes trabalhando (12,7%) e a sudeste a menor (7,9%). A proporção de meninos mostrou-se maior que o número de meninas, em todas as regiões. Das crianças/adolescentes ocupadas, 32,2% não era remunerada, percentual que chegou a 60,9% na faixa etária dos 5 aos 13 anos. A renda familiar per capita das crianças trabalhadoras é inferior a ¼ de salário mínimo. Mais de 60% das crianças de 5 a 13 anos ocupadas também realizam afazeres domésticos. Este percentual atinge 82,2% entre as meninas.



acreditamos que tais funções não devem gerar nenhum tipo de desconforto para as crianças. Em longo prazo, entretanto, as conseqüências são tão danosas quanto as atividades mais penosas: não há tempo para a brincadeira, esportes, estudar, ser simplesmente criança.

Uma pesquisa do DIEESE<sup>5</sup> aponta que existem no Brasil diversos estudos e investigações sobre o trabalho das crianças nas carvoarias, corte de cana, sisal, enfim, nas atividades consideradas mais penosas. A pesquisa demonstra que pouco é o que se conhece sobre o trabalho tipicamente urbano, especialmente os trabalhos realizados por crianças nas grandes cidades.

Desta forma, não é somente o trabalho infantil doméstico o invisível, mas também o trabalho infantil das ruas, sobretudo nas grandes cidades.

Invisível porque naturalizado e legitimado. Invisível porque sobre ele não são construídos indicadores.

Talvez neste sentido, sem pretensões ufanistas, esta tese auxilie a construir caminhos. Tenho a clareza de que com o enfoque metodológico escolhido, entretanto, poderei responder sobre situações sociais, biografias sociais típicas, sociedades nas quais elas acontecem – e respostas Estatais. Neste sentido, minhas respostas serão muito mais de probabilidade e plausibilidade – raramente causais.

### *Referências Bibliográficas*

- ANTUNES, Ricardo (1999). **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BADINTER, Elisabeth. **Um é o outro**: relações entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (org). O corpo educado. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. pp 151-171.
- CORREA, Cláudia Peçanha, GOMES, Raquel Salinas. **Trabalho infantil**: as diversas faces de uma realidade. Petrópolis: Viana e Mosley, 2003.
- CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**, 1997

---

5 O DIEESE coordenou uma pesquisa, em 1997, em seis capitais com o objetivo de conhecer, analisar e discutir o trabalho infantil, para subsidiar propostas para sua erradicação. A pesquisa foi encomendada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), no âmbito do Programa Internacional para Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC), da OIT.



- DUMONT, Louis (1970). **Homo hierarchicus**: o sistema das castas e suas implicações. São Paulo: EDUSP, 1992.
- DURKHEIM, Emille. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Editoras Paulinas, 1989.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HEILBORN, Maria Luíza. **Fazendo Gênero?** A antropologia da mulher no Brasil. In: COSTA, Albertina de Oliveira da, BRUSCHINI, Cristina. Uma Questão de Gênero. São Paulo: Carlos Chagas, 1992.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRAS DE DOMICÍLIO, 2008**.
- KASSOUF, Ana Lúcia (2005). **Aspectos Sócio-Econômicos do Trabalho Infantil no Brasil**. Disponível em <http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/teseldrevisado.pdf>
- MARX, Karl. O Capital. Volume I, Parte III.
- MÉSZAROS, I (1995). **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NICOLLELA, Alexandre. **Efeito do trabalho infantil na saúde**: análise de coortes com base na PNAD 1998 e 2003. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). ESALQ/USP, 2006.
- OIT. 2001. Combatendo o Trabalho Infantil: Guia para Educadores, capítulo 1, IPEC. Brasília, DF.